

André Luiz Rosa

**BARROS, Luitgarde Oliveira C; SANTANA, Marco Aurélio;  
THIESEN, Icléia (orgs.). Vozes do porto: memória e história oral. Rio  
de Janeiro: DP&A Editora, 2005. 212 p.**

**Palavra Chaves:** Memória, História Oral, Urbanização

mestrando em História pela  
UFSC  
e-mail: andre.luizrosa@bol.  
com.br

**Key Word:** Memory, Oral History, Urbanization

A obra *Vozes do Porto* reúne alguns escritos de diversos(as) autores(as), que analisam a memória social constituída por aqueles que trabalharam, habitaram e habitam os bairros que compõem a zona portuária da cidade do Rio de Janeiro. No livro, sujeitos históricos procuram relembrar experiências e os laços sociais criados e perpetuados por décadas. Questões como preconceito, estigmas, violência, identidade, sociabilidade e ausência do poder governamental permeiam a abordagem. A região analisada é composta pelos bairros da Gamboa, Santo Cristo e Saúde – que formam o território portuário da cidade. São analisados os aspectos históricos e as alterações que o porto sofreu durante o século XX, uma vez que o espaço portuário passou a ser alvo das interferências políticas e do estigma social, que atuaram fortemente no cotidiano da região.

O advento da república trouxe consigo a reforma urbana e a área do porto fora reorganizada, buscando dinamizá-la economicamente e protegê-la socialmente, pois o ambiente portuário era tido como espaço de casarões sujos, de pouca higiene e habitados por pessoas “perigosas”. A idéia, nos primeiros anos do século XX, era desenvolver o porto, introduzindo técnicas e aumentando a movimentação de mercadorias, favorecendo, assim, o fluxo de navios. Essa modernização reduziu consideravelmente algumas profissões, além de diminuir os salários e elevar o contingente de avulsos.

Na década de 1930, a relação entre trabalhadores e Estado se estreitou e obteve uma maior visibilidade com a chegada de Vargas ao poder. O controle da contratação de mão de obra passou a ser do sindicato e esse exclusivismo do mercado de trabalho ficou caracterizado como *closed shop*. A finalidade era fazer com que as empresas contratassem somente trabalhador sindicalizado. Assim,

os sindicatos portuários tiveram uma relação muito próxima com o Estado Novo, pois viram nela a garantia consolidada do controle de seus

Enviado em 21 de agosto de 2009  
e aprovado em 29 de setembro de  
2009.

mercados de trabalho. Portanto o closet shop foi legitimado e institucionalizado pelo governo Vargas. (QUEIROZ; SANTANA, 2005: 23)

Queiroz e Santana chamam a atenção para a prática usual no porto quando alguma pessoa era indicada por um membro mais antigo. Essa relação criava vínculos recíprocos, bem como de sujeição e essa situação é lembrada pelo estivador aposentado Manoel Simões da Gama:

As empresas que mexem na área aqui eu conheço todas elas, então vem uma pessoa que eu sei a origem, que eu sei a tua família e sei que você não é um alcoólatra, não é um viciado, eu pego você e te apresento na firma tal, faço uma boa referencia tua e te emprego (Apud QUEIROZ; SANTANA, 2005: 27).

Tratava-se de um controle do trabalho mediante uma dívida moral entre o recém empregado e o trabalhador do porto que o apresentou na empresa. E, se por um lado, havia essa prática no porto, devemos ressaltar que as mulheres, por sua vez, encontravam algumas dificuldades para se inserirem em algumas atividades profissionais.

O segundo capítulo da obra expõe que, tradicionalmente, a região portuária foi o espaço que recebeu um contingente significativo de imigrantes, principalmente espanhóis e portugueses. No final do século XIX, um número considerável de ex-escravos, escravos e libertos também seguiram para o mesmo espaço. Já na década de 1960, em virtude de uma seca na região nordeste, os bairros portuários receberam um fluxo considerável de migrantes de vários estados daquela região.

A experiência de vida de algumas mulheres nordestinas que vieram para o Rio de Janeiro é lembrada ao se evidenciar em suas falas o desejo de mudança de vida na grande cidade. Em contrapartida, este sonho não foi recompensado plenamente, pois as adversidades de um centro urbano, o preconceito e a pouca qualificação obrigaram estas pessoas a travarem uma luta pela sobrevivência.

Maria de Fátima, que chegou ao Rio de Janeiro em 1968, exerceu atividade como secretária e recepcionista. No entanto, “hoje lava, passa, cozinha e cuida de suas crianças e das crianças de outras mulheres, pois, nas duas vezes que engravidou, perdeu o emprego.” (CARVALHO; MAIA; THIESEN, 2005: 41).

A outra migrante, Celina, saiu de Salvador em 1960 e o seu destino também era o Rio de Janeiro. Seu primeiro emprego foi cuidar de criança e em seguida doméstica. Atualmente, trabalha numa fábrica de costura. A cor da pele, segundo Celina, é um fator que a discriminava. Percebe-se isto também nos dias atuais, pois, para a depoente, o seu filho é alvo desse preconceito. “Ele trabalha há mais de dez anos como auxiliar de escritório e poderia ter progredido naquela firma, não fosse um pouquinho de preconceito.” (Apud CARVALHO; MAIA; THIESEN, 2005: 43).

Esse estigma e essa discriminação com as mulheres e negros podem ser compartilhados com o mesmo sentimento vivido por moradores da região portuária, que são alvos de olhares e opiniões que marginalizam o espaço. Ao se destacar a fala de um morador do morro da Providência, observa-se como era dura a convivência dessa popu-

lação portuária com a polícia, que frequentemente se fazia presente no bairro. “A polícia entrava, quebrava as casas, arrombava as portas. Eu, na minha infância e na minha adolescência, cansei de acordar com a polícia apontando armas em cima de mim, sabe, você não tinha dignidade nenhuma”. (Apud ÁGUEDA, 2005: 62).

Ser morador do morro é também conviver com as desigualdades e com a realidade produzida pelo estigma social que se disseminou por toda a sociedade, e que é percebida quando se busca um espaço no mercado de trabalho. Segundo Águeda, dados oficiais mencionados no Censo do ano 2000, revelam que “os moradores das favelas recebem salários inferiores aos das pessoas que não moram nas favelas, mesmo que tenham o mesmo perfil sócio cultural, pelo simples fato de morarem nesses espaços.” (Idem).

As práticas dos grupos dominantes e as cicatrizes deixadas por seus discursos e visões atingem e marcam algumas áreas, transformando determinados territórios em uma espécie de subespaço social. Universo este que cada vez mais é abandonado pelo poder público ao se ausentar de políticas voltadas para a inserção social, contribuindo assim com a marginalização do espaço. A região portuária do Rio evidencia o presente, mas, por outro lado, busca também, na memória de seus moradores, uma reconstrução social ao exporem suas experiências e laços de sociabilidade que, indubitavelmente, eram mais fortes há décadas. Para Abrantes,

o próprio processo de construção da memória coletiva é, sem dúvida, um instrumento de inclusão de atores sociais tradicionalmente excluídos, no momento em que se valoriza sua participação na sociedade e os transforma em sujeitos produtores dessa memória. (ABRANTES, 2005: 111).

Sociabilidade e interação estas que tinham nas festas carnavalescas um fator de união da comunidade de forma marcante. Como destacou Abrantes, o morador Victor dos Santos, nascido no bairro do Santo Cristo, em 1930, “chegou às lágrimas quando lembrou e cantou um samba que fala sobre a amizade que havia.” (ABRANTES, 2005: 113). O aspecto lúdico e divertido era frequentemente lembrado, principalmente quando se mencionava o período em que a inocência caracterizava o carnaval na região. Havia também o movimento e a participação da comunidade no carnaval, conforme destacou o morador Valter: “De manhã cedo vinha o pessoal do Atília numa carreata. Conforme ia passando ia enchendo. Nós saíamos daqui atrás dos blocos, hoje não tem mais carnaval.” (apud ABRANTES, 2005: 117).

Esse sentimento de coesão da coletividade, por intermédio das festas carnavalescas, pode ser também relacionado com o sentimento de pertencimento a um conjunto de bairros que presenciou a interferência do Estado no melhoramento do porto e dos bairros.

A relação dos bairros portuários da cidade com o Estado apresenta duas faces distintas. Se, nos dias atuais, a população percebe o descaso e a plena inoperância governamental no sentido de incluir políticas públicas na região; por outro lado, em décadas passadas, os bairros foram favorecidos com melhorias propiciadas pela política desenvolvimentista a partir de Vargas. Esta política trouxe milhares de imigrantes, bem como

migrantes de outras regiões do Brasil, impulsionados pelo desejo de possuir uma casa e um emprego digno e rentável. Segundo Barros:

A política de trabalho e a de construção de escolas executadas pelo governo, a criação de Institutos de Aposentadoria e pensões (IAPs), com seus hospitais e a previdência como garantia de velhice tranqüila suscitaram individualmente apostas na estabilidade de vida [...] (BARROS, 2005: 184).

A atuação da política de Vargas chegava também na atmosfera sindical, buscando alinhar essas entidades de defesa dos trabalhadores para o amparo estatal. “As lideranças dos trabalhadores receberam fortes incentivos para se alinhar à política sindical de Vargas.” (BARROS, 2005: 182). Essa relação do sindicato com o Estado obteve uma atuação violenta contra aquela entidade no período do golpe de 1964.

Por outro lado, as festas e os momentos de sociabilidade favoreciam muito o estabelecimento de redes sociais e contribuíam para aumentar os laços da comunidade, que se sentia prestigiada com a administração pública, a qual materializava sua política em obras e investimentos. As festas carnavalescas exaltavam o sentimento e a satisfação de uma rede social que se identificava com o bairro.

Barros argumenta que com o início do golpe militar uma sucessão de políticas públicas teve um caráter destrutivo para os bairros portuários e para os seus habitantes. Essa decadência, pode-se dizer, iniciou-se principalmente a partir da administração do prefeito Marcos Tamoio (1975-1979), “que redefiniu o zoneamento dos bairros, alterando oficialmente a nomenclatura e toda a geografia do centro da cidade.” (BARROS, 2005: 183). Tal iniciativa visava desarticular as relações sociais, bem como iniciar uma série de obras que tendiam reduzir a relevância da área portuária. Nesse sentido,

ao mesmo tempo em que a prefeitura produzia sucessivos projetos de reordenação urbana, desapropriando prédios, [...] o governo estadual desativava as maiores escolas da região central, principais núcleos de sociabilidade dos moradores. (BARROS, 2005: 183).

Muitos moradores da área em questão viveram os dois momentos da região, desde o apogeu (início do governo Vargas), até a decadência (pós 64), o que privilegiou o interesse da especulação imobiliária e provocou o empobrecimento da região. O desemprego também atuou de maneira incisiva, aliada à precariedade das moradias e o surgimento de favelas, evidenciando o aviltamento de um espaço que, por sua vez, fora também abandonado pelo Estado.

Na obra analisada algumas passagens são recordações de pessoas que estiveram ligadas com os eventos nas quais relatam, pois, sendo a memória seletiva, os atores sociais recordam aquilo que de alguma forma foi mais marcante em dado momento histórico. Assim, muitas situações podem ter sido omitidas ou valorizadas, uma vez que este recurso pode ter sido o meio encontrado para que essas pessoas possam evitar situações inconvenientes diante de suas recordações. Cabe lembrar que, ao nos depararmos com o conteúdo proveniente de memória é indispensável que consideremos que há uma

distância entre o momento do relato e o evento relatado, podendo interferir no que foi exposto. Trabalhar com memória é, inegavelmente, manifestar sentimentos e valores que muitas vezes podem ser omitidos e valorizados, propositalmente ou não, pois possuem determinado sentido para quem detém a informação em sua memória.

Contudo, a obra buscou esclarecer como o espaço é alvo de disputas e como determinados territórios criam, através de seus moradores, relações comuns e identificações sociais por intermédio de experiências vividas e compartilhadas. Os momentos de sociabilidade e práticas sociais são exaltados pela memória coletiva, que busca no passado aquilo que está vivo na consciência dos moradores da região portuária.

Aspectos como os espaços de sociabilidade, a estética dos bairros portuários, o emprego propiciado pelo porto, etc., são situações que permearam a análise. Os conflitos, as teias sociais e o empobrecimento permanecem muito vivos na memória das pessoas. A disputa pelo espaço e o abandono que a região sofreu nas últimas três décadas são expostos por alguns depoentes que manifestaram seus sentimentos e suas decepções. Indiscutivelmente que a região portuária não se assemelha àquela área de 40 ou 50 anos atrás, pois inúmeras foram as mudanças que “contribuíram” para que este espaço fosse estigmatizado e recebesse “marcas” sociais que caracterizaram, pejorativamente, seus ambientes e, sobretudo, seus moradores. Isto é o resultado de um longo processo de inoperância da administração pública e dos interesses imobiliários. E essas tensões são exaltadas e expostas pelos atores sociais que habitam a área portuária e que sentem saudades de uma época que, para muitos, só é possível reviver através da memória.